

■.....O PT se reduziu a um partido da ordem e pela ordem?

Depois das ‘jornadas de junho’ (nome com o qual ficaram consagrados os protestos e manifestações que inundaram as ruas de todo o Brasil) a dinâmica política brasileira sofreu um tremor de grande magnitude. O movimento não distinguiu partidos de situação ou oposição, direita ou esquerda institucionais. Muitos no PT acusam, por isso, o movimento de apartidarismo ou despolitização. Mas, ao criticar indistintamente a direita e a esquerda partidárias, os manifestantes expõem um dos aspectos mais preocupantes da política brasileira nos últimos anos: o processo centrípeto, cada vez mais intenso, que torna praticamente indiscerníveis as tradicionais posições do espectro ideológico. Isto se dá devido à integração dessas posições num consenso de governança gradativamente impermeável e indiscutível, segundo arranjos complexos que sustentam representantes de cada posição em seu espaço de poder. Ora, quem conduziu à situação em que se tornam praticamente indistinguíveis a direita e a esquerda representativas? Seriam os manifestantes? Ou teriam sido, bem antes, as alianças prolongadas do PT com o PMDB que, por exemplo, nas raias da esquizofrenia, quando três dos quatro vereadores do PT na Câmara dos Vereadores do Rio se aliam ao Sr. Uóston? O que dizer do silêncio – também no Rio de Janeiro – diante das medidas de exceção, adotadas por decreto pelo governador, para defender sua própria gestão contestada em muitas frentes, originando a Comissão Especial de Investigação do Atos de Vandalismo (CEIV)? Uma força-tarefa montada para criminalizar os protestos com prioridade absoluta sobre demandas bem mais prementes, como as investigações sobre as milícias, a CPI dos ônibus, a endêmica e racista brutalidade policial (inclusive ou, sobretudo, em territórios “pacificados”), para não falar das agressões, humilhações e prisões arbitrárias de jovens ativistas, além das quebras sistemáticas de sigilos da correspondência informática de um número indefinido (e escandalosamente secreto) de cidadãos?

As posturas oficiais e extraoficiais do PT e de muitos petistas diante dos protestos daqueles que ocupam a Câmara para questionar, precisamente, o que eles não questionam, diante dos que querem “Fora Cabral” parece nordeada apenas pela preocupação em ‘terminar’ (‘termidorizar’) com o movimento, seja por meio da criminalização “a quente” (policial) ou “a frio” (reforço do discurso maniqueísta da imprensa, participação dos governos nos consensos criminalizantes), seja pela tentativa de promover capturas e instâncias que representariam o movimento -- uma contradição em termos, uma vez que o movimento se assenta

sobre a própria crítica às estruturas e formas de representação, velhas ou supostamente “novas”. Nos últimos meses, dirigentes do PT, dos mais diversos horizontes e correntes, e seus intelectuais orgânicos (em especial, a vanguarda de “uspianos”) ofereceram um triste desfile de ruidosas e ameaçadoras declarações: falaram de hipnosés das massas, de fascismo, de mascarados, arruaceiros e agentes provocadores, chegando até a sugerir que houvesse um desenho golpista manipulado pela extrema-direita. Até a historiadora da filosofia da ética mobilizou o pior, o mais cínico moralismo, para reforçar a criminalização dos segmentos do movimento que, geralmente sob bombardeio e agressão policiais, praticam a “ação direta”. A historiadora da filosofia teve o mau gosto de fazê-lo numa palestra proferida na Academia da Polícia Militar do Rio de Janeiro, explicando que fascistas eram esses manifestantes. Outros segmentos do PT, ao invés de se abrirem ao movimento, passaram a sondar potenciais e “autoproclamados” representantes, como aliás fizeram desde o começo, procurando interpor estruturas de mediação entre os protestos e os próprios aparelhos partidários, para fins de amortecimento e domesticação. Esbarraram, obviamente, na distribuição de uma “liderança” imanente às forças sociais em revolta, movidas mais por uma base material de demandas e indignações (os transportes, a saúde, o desencanto com a representação, a educação, a recusa dos “custos do progresso” e a partilha infame de seus dividendos). Agora, articuladores do PT saem atrás de representantes fajutos, uma autêntica “caça de talentos”, promovendo formas de mediação por meio de patrocínios, tentando capturar, para controlar e domesticar, a força viva do que há de realmente novo, na dinâmica das redes, na multidão de mídias que ganharam força nos protestos, na cultura digital e o hacktivismo. Nesse cenário, a postura do PT e seus intelectuais está conseguindo empurrar o movimento para que ele se torne abertamente anti-PT. Os dirigentes do partido não viram, talvez porque não tenham estado nas ruas e as interpretem de “orelhada”, – amiúde no interior dos campos cegos fabricados pelas narrativas da mídia corporativa, – que os gritos “Fora Cabral” ou “Fora Paes” nunca exitavam em se transformar realmente num “Fora Dilma”.

Os movimentos de junho se constituíram sobre os direitos, capacidades e conquistas da multidão, principalmente, na última década, inclusive algumas conseguidas com as políticas sociais do lulismo. Nas grandes manifestações, estavam todos caldeados numa mistura potente, exatamente o que o poder constituído mais teme: cada um saindo do lugar que lhe tinham reservado nos modelos de progresso e desenvolvimento nacional. O processo de sucessiva requalificação dos protestos afastou as pautas morais, sem os atravessamentos próprios da con-

dição de luta e indignação, esses que permitem vencer o medo e sustentar a determinação em lutar apesar da criminalização. O grito “basta!”, que diferentemente do “Ya Basta” zapatista, adquiriu uma conotação moralista e elitista no Brasil, foi abafado pelo grito “quero mais!” da multidão. Depois, quando as grandes manifestações percorreu um longo caminho catalisando movimentos menores, assembleias, auto-organizações, geralmente descentralizadas, as bandeiras se tornaram gradativamente mais específicas: a democratização da mídia (particularmente, contra a Globo), a maior participação popular (por exemplo, no Rio, a abertura da “caixa preta” do grande negócio dos ônibus, não somente pela via de uma CPI realmente investigativa, ao contrário da existente), o uso do dinheiro público (contra as grandes obras planejadas segundo modelos higienizadores e concentradores de riqueza), o direito à moradia (contra as remoções de favelados e pobres em nome dos megaeventos), enfim, por mais mecanismos democráticos de ação e fiscalização. Quem ousaria dizer, agora, que se trata de protestos de uma juventude “alienada” ou despolitizada? A juventude que sustenta os protestos é o próprio vetor de politização, quer dizer, a materialização de indignações e recusas num movimento positivo, que se auto-organiza e cria coletivamente as alternativas. Os projetos que defendem, por sinal, eram projetos históricos do PT! E, ao fim e ao cabo, qual é mesmo o projeto do PT, alguém está sabendo?

A fratura da representação política ecoou na indistinção ideológica do desencanto, mas uma indistinção que tem sido alimentada pela própria postura do PT, com suas concessões, alianças e uma surdez diante dos movimentos e lutas. As ruas se mobilizam contra isso e não contra o PT ou o lulismo. Se o partido não se abrir a estas críticas, aí sim, será irreversivelmente atropelado pelos novos movimentos nas ruas e rede.

O Rio de Janeiro como laboratório político do lulismo

Após a surpreendente ascensão da multidão nas ruas de São Paulo e sua disseminação por diversas capitais (principalmente aquelas incluídas no calendário da Copa das Confederações) e cidades menores do Brasil, ocorreu um nítido deslocamento de epicentro: o Rio de Janeiro se tornou o cenário onde as lutas se intensificaram, tornando-se duradouras. Das marchas de 500 mil e 2 milhões de pessoas pelas ruas do centro (17J e 20J) até o embate entre as forças policiais e os manifestantes no Leblon, vários eventos, no sentido forte do termo, tiveram a capital fluminense como paisagem: a chacina da Maré e o subsequente ato em memória das vítimas, a marcha dos moradores das favelas da Rocinha e do Vidigal, a batalha da ALERJ, as sucessivas manifestações na casa do governador, a final da

Copa das Confederações ou mesmo o escracho no casamento de Dona Baratinha (neta do ‘rei dos ônibus’, Jacob Barata), entre outros.

Para entender as razões pelas quais o Rio de Janeiro se tornou palco do movimento da multidão, verdadeira hidra cujas cabeças se multiplicam com a repressão policial, é preciso fazer uma análise que remonta ao recente sufrágio municipal. Ali, na campanha que opôs a face conservadora e neoliberal do lulismo, encarnada na candidatura Paes, e a linha de fuga de toda a esquerda não enredada nas teias do governismo, que optou momentaneamente pela candidatura Freixo, podemos encontrar os primeiros sintomas do descontentamento latente na sociedade carioca e fluminense, espécie de projeção local dos problemas globais da atual composição política brasileira.

O mapa eleitoral daquele pleito demonstrava uma emulação lulista do pemedebismo: enquanto em Salvador e São Paulo, o PT perdeu e ganhou no segundo turno, respectivamente, com expressivas votações nas periferias pobres, no Rio de Janeiro, a aliança PMDB-PT garantiu a Eduardo Paes uma vitória no primeiro turno, com mais de 64% dos votos, contra pouco mais de 28% dos votos do adversário. Paes e o PMDB demonstraram ser capazes, tal e qual Cabral já havia demonstrado em 2010, de conjugar o lulismo ao pemedebismo.

Assim, ao passo que em São Paulo mantém-se uma tensão entre forças polarizadas, PT e PSDB – ainda que a polarização socioeleitoral pouco se expresse em diferenciação ideológica efetiva (e a candidatura Russomano já tenha demonstrado haver uma rachadura na dualidade lulista) --, no Rio de Janeiro o rolo compressor do consenso governista foi operacionalizado numa tradução local da composição política nacional. Já no plano federal, assiste-se, cada vez mais, à imersão do governo Dilma e do PT na areia movediça de um governismo que, pretensamente realista, acaba por somente justificar o real, com uma inversão dos termos da coalizão, onde não é mais a cabeça que comanda o corpo, mas o corpo que comanda a cabeça – em síntese: a vitória do fisiologismo. No Rio de Janeiro, a situação de fato é a própria situação de direito: o PMDB que governa, e o PT regional se reduz a um braço do pemedebismo.

Uma recapitulação rápida da postura do PT carioca e fluminense frente aos acontecimentos recentes é nítida expressão dessa tendência: encastelado nas secretarias do governo Cabral e da prefeitura Paes, inclusive na de direitos humanos, o partido foi incapaz de se articular para – seguindo o exemplo de São Paulo – interromper ou atenuar a escalada repressiva contra os protestos. Da mesma forma, não conseguiu formular qualquer reação digna aos descabros da ‘polícia pacificadora’: os mortos da Maré e o desaparecimento de Amarildo parecem não

ter ocorrido, dado o silêncio cúmplice que o partido adota e as manifestações patéticas com que, de maneira protocolar, se refere aos episódios (por exemplo, quando o secretário de direitos humanos do governo Cabral promete cursos de capacitação em direitos humanos para a PM-RJ).

As bancadas estaduais e municipais, na mesma toada, prosseguem ignorando o terremoto político que atinge o Rio de Janeiro. Enquanto a multidão tomava as ruas pedindo a redução das tarifas do transporte público e a abertura da caixa-preta das empresas de ônibus, a bancada municipal dormia em sono profundo: apenas um dos quatro vereadores assinou, com algum *timing*, o pedido de abertura da CPI. Pior ainda, outros vereadores adotavam postura política vergonhosa: um deles chegou a denunciar a abertura da CPI como ‘politicagem’! A saída do governo Cabral, que naufragou em níveis abissais de aprovação popular, parece destinada a ser executada numa transição lenta, gradual e segura...

Afinal, desde o primeiro governo Lula o partido não parava de pedir aos movimentos sociais para pressionar, a partir das ruas, a fim de ajudar o governo a resistir à pressão dos “aliados” e a desvincular a ação petista dos projetos fisiológicos e neo-liberais que, segundo o governo, era imposto pelo pacto de governabilidade. Pois o movimento está aí, enquanto o PT mostra ter se acostumado à política dos gabinetes... Mas será que não se aprendeu a lição? Os petistas de gabinete vão acreditar, uma vez mais, que os Robertos Jeffersons da vida são seus verdadeiros aliados? Os potenciais aliados estão nas ruas, só não vê quem não quer!

Entre a esperança e o medo: para onde vai a multidão, para onde vai o PT?

Dois momentos das lutas que assolam o país desde junho indicam uma clara, e cada vez maior, rachadura no projeto do consenso governista: primeiro, o desejo de *mais* daquela face do lulismo que vinha articulando iniciativas constituintes de um outro mundo, democratizando as relações sociais, abrindo brechas no neoliberalismo, criando direitos e promovendo crescimento de renda entre os pobres; mas também, um outro momento, a rejeição da faceta pemedebista do lulismo (e que se expressa na consistência das lutas no Rio de Janeiro, que sabiamente identificou na aliança PMDB-PT a expressão da tendência nacional que ameaça os avanços do lulismo).

A multidão aponta para a falência do pacto de conciliação que norteou a política brasileira na última década. Este pacto busca associar duas facetas inconciliáveis do lulismo: o bolsa família e a remoção dos pobres em prol das obras para a Copa e as Olimpíadas, a valorização da renda do trabalho e o discurso neoliberal sobre a ‘nova classe média’. São apenas dois exemplos das duas faces

do de um projeto que, apesar do desenvolvimento de políticas verdadeiramente inovadoras, foi incapaz de articular uma saída para a sua própria conversão em armadilha, para a captura de seu devir revolucionário pelos ‘aliados’ que passaram a gerir o projeto, dando-lhe uma feição mais conforme ao projeto neoliberal.

Os desejos e a potência da multidão que está nas ruas foram criados a partir da potência política que o lulismo propiciou. O caminho que se apresenta é, portanto, captar nesta potência dos novos movimentos os novos motores de democratização, aproveitando a oportunidade para apostar em novas formas de articulação política, agenciando-se à multidão, sem pretender dirigi-la. Apostar no inesperado, como a esperança que venceu o medo em 2003.

Para nós da Universidade Nômade, que sempre nos opusemos às restrições que a elite quis impor à experiência lulista e aos seus discursos e processos moralistas, a soberba irracional que o PT exhibe hoje, com seus governos, dirigentes e intelectuais procurando criminalizar e condenar o levante da multidão é inaceitável. É justamente nesse nível que a corrupção – e seus infringentes direitos – se torna um problema ético, quando os mecanismos da representação e da governabilidade corrompem a potência do movimento que vem das ruas: o governo e o PT se tornam imorais quando fazem do moralismo hipócrita seu único horizonte. O PT, que é o maior partido de esquerda do mundo, estaria destinado a repetir o mesmo caminho de seus antecessores europeus, ou seja, sua total homologação?

Foram-se os dez anos de governo, com coalizões e outras negociatas legitimadas pela fraqueza das relações de força na sociedade e pela falta de mobilização. Mas agora a máscara caiu e quem a fez cair foram os jovens mascarados que, de quebra, exibiram a fragilidade da filosofia política que norteia os ideais dos dirigentes e intelectuais do PT. Os jovens que vem sendo atacados pelo PT são aqueles que encararam, com seus próprios corpos, o desafio de renovar a fonte constituinte da democracia, com o intuito de radicalizá-la pra valer, produzindo novos valores, e não contribuindo para acelerar o crescimento do capitalismo.

Mas do que apenas criticados, esses jovens, a partir do dia 15 de outubro (quando se realizou manifestação em apoio a greve dos trabalhadores da educação do Rio de Janeiro), tornaram-se alvo de um processo massivo de criminalização política. Mais de uma centena deles foram presos (sem flagrante ou ordem judicial) e dezenas deles enviados para o complexo penitenciário de Bangu, enquadrados, aberrantemente, na lei de organização criminosa recém-sancionada para combater as milícias, organizações contra as quais os manifestantes vem lutando desde junho. O Rio de Janeiro revelou-se também um laboratório da repressão que, desencadeada pelos poderes locais (estado e município) comandados pelo

PMDB, teve apoio irrestrito do Partido dos Trabalhadores (com direito a anuência do próprio ministro da justiça). É preciso pacificar a cidade insurgente, pois os megaeventos não podem ser postos em risco.

Nenhuma percepção por parte do PT ou do governo de que os levantes de junho, que desembocaram nos protestos multitudinários em outubro, sejam o transbordamento do próprio lulismo, que agora agoniza no atoleiro peemedebista. Nenhuma tentativa de absorver a indignação das ruas. Apenas a repressão sinalizando que o pacto social tem hierarquia e andamento claros, e que não há brecha para qualquer menção de aprofundamento democrático do projeto lulista e petista.

A multidão foi ao deserto enquanto o PT, com seus “aliados”, parece não querer sair das pirâmides da governabilidade, incomodados pela impertinência de um povo ingrato que ousa querer mais. A nós da Universidade Nômade cabe reafirmar que nosso lugar está no êxodo, nos acampamentos do deserto onde um novo povo e uma nova terra se constituem.